



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

004. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

EDUCAÇÃO ESPECIAL

(OPÇÃO: 004)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Ao discutirem as narrativas digitais, Almeida e Valente (2012) apresentam três categorias de estética propostas por Murray, que podem ser exploradas nos ambientes virtuais. Uma delas, denominada imersão, é compreendida a partir do fato de os produtores e usuários serem

- (A) transportados para outros mundos ficcionais, anulando temporariamente o mundo em que vivem, sem saírem do lugar.
- (B) hierarquizados no universo digital, sendo os usuários crescentemente reduzidos a espectadores das narrativas dos produtores, que se tornam influenciadores.
- (C) guiados por uma noção de tempo expandido, exigida pela temporalidade linear de longa duração das narrativas presentes nos ambientes virtuais.
- (D) dependentes dos recursos audiovisuais amplamente disponíveis, igualando nossas experiências como sujeitos sociais.
- (E) determinados pelos recursos tecnológicos disponíveis, reduzindo a equidade e a liberdade vivenciadas nas narrativas tradicionais orais e escritas.

02. Almeida (2019) observa que “parte da sociedade entende como um mero aspecto cultural o fato de negros e mulheres receberem os piores salários e trabalharem mais horas, mesmo que isso contrarie disposições legais”, o que o autor atribui, especificamente,

- (A) à fragilidade do sistema judicial brasileiro, que é um aparato lento e burocrático na aplicação das sanções trabalhistas.
- (B) às ações afirmativas e políticas de quota no campo educacional, por enviesarem a percepção da população sobre a real capacidade da população negra.
- (C) à falta de adesão do debate racial ao campo da meritocracia, que viabilizaria a superação das condições de opressão por meio da educação dos indivíduos.
- (D) aos sistemas de educação e meios de comunicação de massa, enquanto aparelhos que produzem subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior.
- (E) às condições objetivas do capitalismo, ou seja, às dificuldades econômicas pelas quais a população brasileira passa devido ao descaso político.

03. Araújo, Arantes e Pinheiro (2020) revisam as principais contribuições no campo da psicologia para a compreensão do conceito *projeto de vida*. A partir do que discute Damon, os autores observam um paradoxo inerente ao construto, devido à intersecção entre dois campos:

- (A) o da teoria da metodologia de projeto, que instrumentaliza o professor na compreensão da aplicação do tema; e o da arte prática, que reconhece a impossibilidade de buscarmos sentido para a vida.
- (B) o do currículo, que trata do conteúdo escolar tradicional do projeto de vida; e o do método, que formaliza um modelo unificado para a materialização do projeto de cada um de nós.
- (C) o do professor e o do aluno, uma vez que os sujeitos possuem objetivos diferentes e contraditórios, como o desenvolvimento para a cidadania ou para a felicidade pessoal.
- (D) o da construção do projeto a partir do nada, com grande liberdade; e o da construção rápida e centrada a partir da organização e do planejamento do indivíduo.
- (E) o dos interesses individuais; e o dos valores presentes na cultura na qual nos inserimos, juntamente com a influência de outras pessoas e de projetos coletivos.

04. De acordo com o que discutem Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), as novas tecnologias têm ocasionado uma mudança de mentalidade e de paradigma. Nesse contexto, pela facilidade de acesso à informação, novas formas de aprendizagem surgem, com conhecimentos sendo construídos

- (A) consistentemente e com rigor, por especialistas e autoridades.
- (B) centralizada e hierarquicamente.
- (C) de forma coletiva e compartilhados.
- (D) rapidamente, materializando saberes instantâneos e imediatos.
- (E) unidirecional e autonomamente, por cada indivíduo.

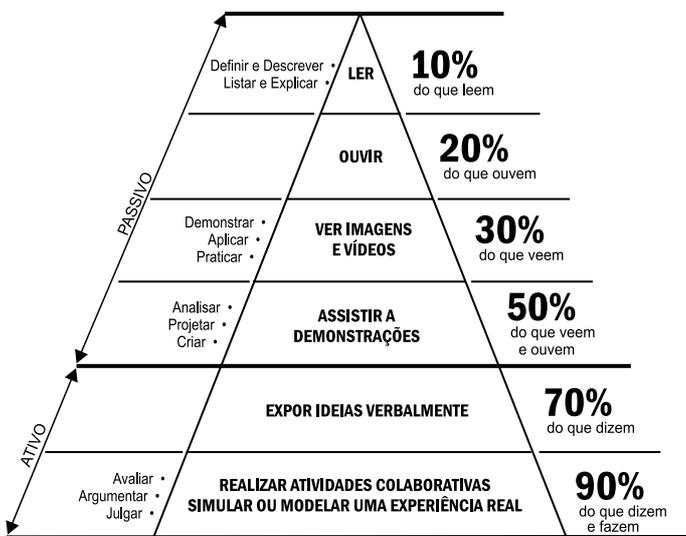
05. A partir do que discute Candau (2008) a respeito da igualdade e da diferença no debate sobre direitos humanos e educação, assinale a alternativa correta.

- (A) A igualdade tem maior centralidade e relevância hoje em dia, o que se vê pelo crescente interesse que ela desperta em detrimento da problematização da diferença.
- (B) É urgente afirmar o polo da diferença e negar o da igualdade, uma vez que este se mostrou pouco eficaz na luta pelos direitos humanos ao longo do tempo.
- (C) A fim de afirmar a igualdade, faz-se necessário negar a diferença, pois, do contrário, impera uma visão diferencialista absoluta, que relativiza a igualdade e enfraquece as conquistas dos direitos humanos.
- (D) O foco contemporâneo na diferença resulta da superação da luta pela igualdade, tendo em vista a ampla efetivação social dos direitos humanos, com exceção dos contextos de guerra e crise humanitária.
- (E) Atualmente, a questão da diferença assume importância especial e transforma-se num direito, referente não só ao direito de os diferentes serem iguais, mas ao direito de afirmar a diferença.

- 06.** Entre as razões apresentadas por Castro (2000) para a “implantação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações e políticas em curso”, está uma que cumpre “dois requisitos básicos da democracia: a ampla disseminação dos resultados obtidos nos levantamentos e avaliações realizados; e a permanente prestação de contas à sociedade”. Conforme a autora, trata-se especificamente de assegurar a
- (A) transparência de informações.
 - (B) performance em indicadores internacionais.
 - (C) padronização gradual da educação pública.
 - (D) modernização tecnológica da educação.
 - (E) culpabilização dos agentes públicos locais ou centrais.
- 07.** Jerá Guarani (2020) observa as alterações que ocorreram a partir do momento em que sua aldeia ficou mais acessível. Entre as mudanças, está aquela relacionada à alimentação. Conforme a autora, o objetivo de manter o povo guarani forte tem por trás a ideia de trabalhar cada vez mais
- (A) a educação nutricional do povo guarani, segundo os padrões da OMS.
 - (B) a autonomia e a soberania alimentar guarani.
 - (C) o amplo acesso aos alimentos da sociedade urbana desenvolvida.
 - (D) a aculturação dos guaranis diante das conquistas médicas científicas do Ocidente.
 - (E) a monocultura de exportação voltada a garantir a autonomia econômica dos guaranis.
- 08.** Um aluno, apenas alguns dias após realizar com êxito atividades sobre polígonos irregulares, passou a apresentar muitos erros e dificuldades na solução dos exercícios. Para enfrentar problemas de esquecimento como esse, Lemov (2023) recomenda uma técnica em específico:
- (A) o autorrelato, em que o professor verifica, por meio de uma pergunta direta, se todos compreenderam o conteúdo ensinado.
 - (B) a memorização mecânica, que consiste na prática de recapitular por meio de repetição exaustiva, fixando melhor os conteúdos.
 - (C) as anotações mentais sobre o erro mais comum, proporcionada quando o professor circula pela sala fazendo algumas perguntas e oferecendo incentivos ocasionais.
 - (D) a prática da recuperação, processo de fazer com que os alunos se lembrem de informações que aprenderam após um período estratégico.
 - (E) a diversificação do formato, que garante uma coleta de dados sobre os alunos mais complexa, tornando sua observação mais subjetiva e aberta.
- 09.** O que Moraes, Rosa, Fernandez e Senna (2018) definem como “o processo por meio do qual uma nova informação (um novo conhecimento) se relaciona de maneira não arbitrária à estrutura cognitiva do estudante”?
- (A) Memorização permanente.
 - (B) Aprendizagem significativa.
 - (C) Assimilação operatório-formal.
 - (D) Transposição didática.
 - (E) Desenvolvimento proximal.
- 10.** Moraes, Rosa, Fernandez e Senna (2018) entendem que o grande diferencial dos roteiros de estudo comparativamente às sequências didáticas é que, nos roteiros de estudo,
- (A) os conteúdos são pré-selecionados pelos estudantes, pertencem ao contexto da realidade deles e são sempre cocriados por diferentes educadores.
 - (B) o professor define previamente os conteúdos a serem estudados, a partir das determinações curriculares gerais e das decisões pedagógicas locais.
 - (C) a duração é variável e há uma quantidade diversa de etapas e atividades, as quais são incompatíveis com as sequências didáticas.
 - (D) os desafios a serem enfrentados pelos estudantes para que construam determinado conhecimento seguem uma progressão.
 - (E) o produto final é apenas uma atividade de sistematização e/ou fechamento, enquanto as sequências didáticas se realizam no tempo próprio do estudante.
- 11.** Ao discutir o trabalho docente, a pedagogia e o ensino, Tardif (2014) identifica um “perigo que ameaça a pesquisa pedagógica e, de maneira mais ampla, toda a pesquisa na área da educação”. Trata-se da ameaça
- (A) do cotidiano escolar.
 - (B) da fenomenologia.
 - (C) da cientificidade.
 - (D) da empiria.
 - (E) da abstração.

12. Conforme o documento *Indicadores de Qualidade na Educação* (Ação Educativa; Unicef; PNUD; Inep-MEC, 2004), assinale a alternativa correta sobre a dimensão da qualidade referente à *Avaliação*.
- (A) As estratégias de avaliação devem se limitar à aprendizagem dos alunos, sendo esta a referência fundamental da qualidade da escola, já que enfoca o sujeito individualmente.
 - (B) A estratégia de avaliação entre pares favorece a construção da autonomia e da responsabilidade, sendo preferível à autoavaliação, que resulta frequentemente em falta de comprometimento.
 - (C) A avaliação voltada à qualidade permite o exame da aprendizagem dos alunos, funcionando como recurso de controle diante de problemas de aprendizagem e comportamento.
 - (D) Um bom processo de ensino-aprendizagem na escola inclui uma avaliação inicial para o planejamento do professor e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho.
 - (E) Como parâmetros objetivos, os Indicadores limitam-se a instrumentos avaliativos bem delimitados, como a prova, reservando as avaliações processuais ao diagnóstico de sala de aula.
13. De acordo com o documento *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (Brasil, 2004), no processo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola, compete ao Conselho Escolar, entre outras ações,
- (A) promover a improvisação no cotidiano escolar, para que este prescindia das amarras representadas por objetivos predefinidos.
 - (B) contratar, com probidade administrativa, os especialistas responsáveis pela elaboração do projeto político-pedagógico.
 - (C) debater e tornar claros os objetivos e os valores a serem coletivamente assumidos, bem como contribuir para a organização do currículo escolar.
 - (D) aplicar soluções trazidas da experiência nacional ou internacional de educação escolar, tendo em vista a eficácia educacional.
 - (E) definir prioridades, restringindo sua atuação ao planejamento e não intervindo nas estratégias de ações.
14. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do excerto a seguir, adaptado das *Matrizes de referência para avaliação: documento básico* – Saresp (São Paulo/Estado; Secretaria da Educação, 2009):
- Entende-se por _____ as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, o conjunto de ações e operações mentais que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer. Expressam o melhor que um aluno pôde fazer em uma situação de prova ou avaliação, no contexto em que isso se deu.
- (A) aprendizagens emocionais
 - (B) funções proprioceptivas
 - (C) habilidades congênitas
 - (D) quocientes intelectuais
 - (E) competências cognitivas
15. Conforme o documento *Diretriz Curricular de Tecnologia e Inovação* (São Paulo/ Estado; Secretaria da Educação, 2009), a Integração da Tecnologia com a Área de Línguas supõe, entre outros tópicos,
- (A) o desencorajamento da prática de postagem e compartilhamento de conteúdo.
 - (B) a análise crítica de conteúdos que circulam na rede.
 - (C) a proibição do uso de aplicativos para realizar atividades.
 - (D) a habilidade de produzir discursos de pós-verdade.
 - (E) a manutenção das fontes físicas como prioritárias para a realização de pesquisas.
16. O *Currículo Paulista* (São Paulo/ Estado; Secretaria da Educação, 2019) considera a Educação Integral como
- (A) uma política de assistência social, voltada à necessidade crescente das famílias trabalhadoras de afastar crianças e adolescentes da exposição à violência e ao uso de drogas.
 - (B) a ampliação das atividades recreativas e de esporte oferecidas no contraturno do período regular em todas as escolas públicas do estado.
 - (C) a base da formação dos estudantes do estado, independentemente da rede de ensino que frequentam e da jornada que cumprem.
 - (D) um ideal a ser construído e ofertado gradualmente pela rede estadual, a partir do aumento do tempo de permanência na escola.
 - (E) a implementação articulada de uma escola total, sendo do governo federal a responsabilidade administrativa e do governo estadual a responsabilidade pedagógica.

17. Analise a imagem do Cone da Experiência, extraída do documento *Reflexões pedagógicas sobre o ensino e aprendizagem de pessoas jovens e adultas* (São Paulo/ Estado; Secretaria da Educação, 2013).



A esse respeito, assinale a alternativa correta, conforme o documento.

- (A) Para o sucesso da aprendizagem, é importante restringir as atividades ofertadas à dimensão ativa do cone, focando suas habilidades específicas.
- (B) O alto percentual de apreensão na dimensão ativa é ilusório, em termos de aprendizagem, pois refere-se a experiências empíricas desvinculadas de conceitos formais.
- (C) As atividades devem evitar tanto a base quanto o pico da pirâmide, concentrando-se no meio da pirâmide, que representa como os alunos aprendem em média.
- (D) As atividades que envolvem direta e propositalmente experiências de aprendizagem, tais como projetos, demonstrações ou experiência de campo, são mais eficazes.
- (E) A aprendizagem é mais eficaz e significativa quando as informações são apresentadas através de símbolos verbais, ou seja, ouvindo as palavras faladas ou fazendo leitura.

18. De acordo com o documento *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (São Paulo/ Estado; Secretaria da Educação, 2021), o atendimento educacional especializado (AEE) é disponibilizado em dois formatos. Um deles ocorre quando o atendimento oferecido aos estudantes se dá em espaço físico não totalmente dedicado ao AEE, ou seja, que em momentos diversos é utilizado para outras atividades pedagógicas. Conforme o documento, essa forma de AEE é denominada

- (A) Modalidade Itinerante.
- (B) Classe Regida por Professor(a) Especializado(a) (CRPE).
- (C) Sala de Recursos.
- (D) Ateliê.
- (E) Centro de Inclusão Educacional (CINC).

19. Conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2012, artigo 2º, §1º, os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, referem-se especificamente à necessidade de

- (A) nivelamento cultural dos países em desenvolvimento pela aquisição da cultura desenvolvida.
- (B) manutenção da ordem social, por meio da estratificação.
- (C) alinhamento das políticas educativas às diretrizes da ONU.
- (D) igualdade e de defesa da dignidade humana.
- (E) diferenciação entre a formação básica e a formação para a cidadania.

20. De acordo com o Decreto nº 55.588/2010, artigo 1º, fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito

- (A) à permanência na escola regular, desde que assegurada a discricção de suas atitudes e seus comportamentos, preservando a convivência com os demais membros da comunidade.
- (B) à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo.
- (C) ao uso de banheiros específicos para a população transgênero nas escolas da rede estadual, preferencialmente, ou, alternativamente, o uso de banheiros da equipe escolar.
- (D) ao encaminhamento pela escola para tratamento psicológico e psiquiátrico, a partir da articulação das Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo.
- (E) à educação sexual e de gênero, desde que acompanhada da educação religiosa ou para a cidadania.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Mazzotta (2017), ao apresentar seus estudos sobre a história da educação especial, buscando informações significativas sobre o atendimento educacional das pessoas com deficiência, constatou que, até o século XVIII, as noções a respeito das deficiências estavam ligadas ao
- (A) processo evolutivo da inclusão das pessoas com deficiência na escola a partir da inauguração de centros especializados nas diferentes deficiências.
 - (B) movimento de segregação social, cultural, racial e de gênero existentes naquele momento histórico.
 - (C) misticismo e ao ocultismo, não havendo bases científicas para o desenvolvimento de noções realísticas.
 - (D) senso comum de grupos ligados ao assistencialismo e acolhimento de pessoas com deficiência em situação de exclusão familiar e social.
 - (E) conhecimento prévio adquirido nos processos de inaugurações e formações das escolas especiais para cegos e surdos do Rio de Janeiro.
22. De acordo com Mantoan (2015), a distinção entre integração e inclusão é fundamental para a real transformação das escolas que tenham como objetivo receber todos os alunos nas salas comuns, indistintamente. Para a autora, as escolas inclusivas devem propor um modo de organização que
- (A) possibilite os serviços educacionais com adaptações e diferentes propostas para os estudantes com deficiência.
 - (B) estabeleça critérios de avaliação, adaptação e organização das atividades específicas para os estudantes que necessitem de propostas segregadas.
 - (C) crie estratégias para que os estudantes com deficiência possam se adaptar à estrutura escolar e às exigências de cada escola.
 - (D) estabeleça critérios para seleção prévia dos estudantes aptos a estarem nos diferentes modelos de escola.
 - (E) considere as necessidades de todos os estudantes, com sistema educacional estruturado em função dessas necessidades.
23. Gately & Gately (2001), citados por Mendes, Villaronga e Zerbato (2014), afirmam que a interação e a colaboração entre professores não se dão por acaso, pois se trata de um relacionamento adaptativo e que leva tempo, sendo caracterizado por três estágios fundamentais, nesta ordem:
- (A) adaptação, compreensão e elaboração de projetos.
 - (B) conhecimento, formação e colaboração.
 - (C) apresentação, envolvimento e elaboração.
 - (D) levantamento de interesses, troca de conhecimentos e participação.
 - (E) inicial, comprometimento e colaborativo.
24. Os educadores de uma escola que passaria por reforma levantaram a discussão sobre pensar e projetar previamente os ambientes e materiais de modo a permitir o acesso e o uso pelo maior número de pessoas possíveis, sem necessidade de adaptações posteriores. De acordo com Mendes (2017), esse desejo dos educadores é um conceito chamado
- (A) Adaptações Razoáveis.
 - (B) Tecnologia Assistiva.
 - (C) Arquitetura Inclusiva.
 - (D) Desenho Universal.
 - (E) Acessibilidade Arquitetônica.
25. A família de Francisco, criança com deficiência intelectual, ao matriculá-lo no 6º ano do Ensino Fundamental, foi informada sobre o direito do aluno à matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o AEE será responsável por
- (A) matricular e organizar o atendimento educacional na sala comum, com apoio e supervisão da sala de recursos multidisciplinar.
 - (B) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação, considerando as necessidades específicas.
 - (C) assegurar a plena inclusão dos alunos público-alvo da educação especial, oportunizando a participação em todos os tempos e espaços da escola especializada, sem distinção.
 - (D) elaborar e implementar os diferentes recursos de acessibilidade e organizar proposta pedagógica que garanta a plena integração escolar.
 - (E) indicar, elaborar e aplicar sistemas de ensino inclusivos e que oportunizem a participação de todos os estudantes nas diferentes propostas escolares.
26. De acordo com a Política De Educação Especial do Estado De São Paulo (2021), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) trata-se de serviço disponibilizado para os(as) estudantes elegíveis dos serviços da Educação Especial como característica complementar ou suplementar no apoio do processo de aprendizagem. No estado de São Paulo, o AEE é disponibilizado nas seguintes formas:
- (A) Escola Comum Inclusiva e Escola Especial.
 - (B) Sala de Recursos e Classe Especial.
 - (C) Sala de Recursos e Modalidade Itinerante.
 - (D) Classe Especial e Apoio Itinerante.
 - (E) Sala Multidisciplinar e Modalidade Colaborativa.

- 27.** Julia, ao matricular seu filho que tem deficiência física em uma escola da rede estadual, foi informada pela direção que a escola segue o previsto na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008). Tal afirmação implica que a escola considera equivocadas ações relacionadas a
- (A) diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, a participação e o exercício dos direitos em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
 - (B) realização de adaptação razoável para a inclusão na sala comum, impossibilitando que todos os demais alunos tenham acesso aos recursos de acessibilidade do aluno com deficiência física.
 - (C) propostas de alterações do Projeto Político-Pedagógico, visando à inclusão de todos os estudantes, com respeito às suas individualidades, necessidades e potencialidades destacadas no Plano Educacional Especializado.
 - (D) construção de projetos que excluam os estudantes sem deficiência das atividades adaptadas aos estudantes público-alvo da educação especial, garantindo equidade nos direitos de todos.
 - (E) adequações que possibilitem a oferta de tecnologias assistivas, eliminação de barreiras e serviços de apoio que potencializam a integração dos estudantes com deficiência.
- 28.** Quanto à concepção de deficiência, há ao menos duas posições teóricas divergentes: o conceito clínico/médico e o conceito relacional/social. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não considera o sujeito como uma condição puramente biológica, um atributo pessoal, definindo pessoas com deficiência como aquelas que
- (A) possuem patologias individuais, que acarretam impedimentos de acesso em interação com o meio em que estão inseridas; tais patologias de curto e longo prazo podem ser minimizadas por tratamentos específicos e eliminação de barreiras.
 - (B) apresentam disfunções físicas, emocionais, sensoriais e intelectuais de longo prazo, diagnosticadas precocemente, possibilitando o desenvolvimento de estratégias e apoios para o desenvolvimento integral dos sujeitos.
 - (C) apresentam distúrbios no desenvolvimento, impedimentos físicos, disfunções sensoriais e emocionais que, em relação com o meio social em que estão inseridas, podem acarretar barreiras que impossibilitem o acesso aos diferentes tempos e espaços sociais.
 - (D) têm diagnósticos para diferentes impedimentos que podem ser identificados precocemente ou ao longo da vida, impedindo a participação plena e em condições de equidade com as demais pessoas nos ambientes sociais, culturais, educacionais, de trabalho e lazer.
 - (E) têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- 29.** De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), a avaliação da deficiência, quando necessária, será
- (A) biomédica, com a participação de médicos, educadores e família.
 - (B) social, realizada por profissionais especializados e de modo multidisciplinar.
 - (C) clínica, realizada por equipe médica especializada.
 - (D) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
 - (E) médica, estabelecida pela necessidade educacional e familiar.
- 30.** Fernando é uma criança com Transtorno do Espectro Autista em idade escolar, no entanto, sua família tem dúvidas sobre o direito à matrícula na escola comum. Com base na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), em seu art. 27, pode-se esclarecer que a “educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo” em
- (A) escolas especializadas disponibilizadas pelo poder público, por meio de ação civil que tramita nos órgãos estaduais de ensino, garantindo matrícula para todos os alunos com TEA em idade escolar.
 - (B) todas as modalidades escolares, da educação infantil ao ensino superior, com garantia de estratégias e recursos de acessibilidade para que os estudantes com autismo tenham acesso ao currículo em igualdade com os demais.
 - (C) todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
 - (D) escolas públicas ou privadas com a oferta do serviço especializado de acompanhante terapêutico e demais serviços de suporte que a criança tiver necessidade para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.
 - (E) escola públicas, comuns ou especiais, respeitando os interesses do estudante e sua família, visando ao desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades sociais, intelectuais e acadêmicas.

31. De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a educação básica deve garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, e, para os anos finais, ensino médio e educação profissional em
- (A) escolas bilíngues com professores fluentes em Língua Brasileira de Sinais – Libras em todas as áreas do conhecimento, fortalecendo o acesso ao currículo pela língua de instrução.
 - (B) escolas com salas bilíngues, com a presença de tradutores e intérpretes nos diferentes tempos e espaços escolares, garantindo a plena participação dos alunos surdos em todas as atividades.
 - (C) escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas aos estudantes surdos e ouvintes, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.
 - (D) escolas comuns com salas bilíngues, com a presença de surdos e ouvintes, com ensino da Libras para todo o corpo docente e discente para que a língua de instrução dos surdos circule e amplie a possibilidade de desenvolvimentos dos alunos.
 - (E) escolas comuns da rede pública ou privada, com a garantia de respeito às especificidades linguísticas das pessoas surdas, contemplando a Língua de Sinais em todas as atividades realizadas, sem discriminação por deficiência.
32. Uma importante conquista para as pessoas surdas foi a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a qual passa a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, juntamente a outros recursos de expressão a ela associados. A lei especifica, em seu art. 4º, parágrafo único, que a Língua Brasileira de Sinais – Libras
- (A) será introduzida como primeira língua para surdos e como segunda língua para ouvintes.
 - (B) deverá ser tratada como primeira língua em escolas bilíngues para surdos e ouvintes.
 - (C) não deverá ser considerada como segunda língua para ouvintes, sendo introduzida para surdos desde a infância.
 - (D) poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa para alunos surdos.
 - (E) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
33. Mantoan (2015), em sua obra *Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?*, faz questionamentos sobre quando a diferenciação inclui ou exclui as pessoas com deficiência. Levando em consideração o pensamento dessa autora, diferenciar para incluir é possível quando
- (A) a pessoa beneficiada, estudante da escola comum, tem acesso aos recursos que atendam às necessidades indicadas pelos profissionais especializados em inclusão.
 - (B) o estudante ou beneficiário de uma ação afirmativa estiver no seu pleno direito de escolha ou não da diferenciação.
 - (C) a pessoa com deficiência é beneficiada com recursos e estratégias pensadas por especialistas para atender suas necessidades.
 - (D) as barreiras são eliminadas pelos educadores e os recursos necessários são ofertados para que a pessoa tenha acesso aos diferentes espaços escolares.
 - (E) os recursos, técnicas e estratégias são utilizados de acordo com as necessidades individuais indicadas pela família do sujeito.
34. Joaquim é um estudante do 9º ano do ensino fundamental que, após sofrer um acidente, ficou com deficiência física e teve sua mobilidade reduzida, necessitando que a escola faça alterações nos espaços para que possa ter seu direito à mobilidade garantido. Conforme consta na Lei nº 10.098/2000 (redação dada pela Lei nº 13.146/2015), pessoa com mobilidade reduzida é aquela que
- (A) por motivo de acidente ou trauma apresente deficiência múltipla permanente ou temporária, que encontre dificuldade de locomoção e adaptação aos mobiliários nos diferentes contextos de sua vida.
 - (B) encontre obstáculos para mobilidade, com apoio especializado, nos espaços urbanos, transporte, escola, lazer e cultura, ocasionando prejuízo para sua participação plena como cidadão.
 - (C) tem ou adquiriu deficiência motora, pessoas idosas ou obesas que estejam impossibilitadas de orientação e mobilidade pelos espaços com ou sem o apoio de recursos tecnológicos.
 - (D) esteja limitado fisicamente a se deslocar pelos espaços com independência e autonomia, necessitando de remoção de barreiras urbanísticas, de comunicação, transporte e atitudinais.
 - (E) por qualquer motivo tenha dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

35. Para melhor incluir os estudantes com deficiência, cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham condições para elaborar o projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, art. 18).

São considerados professores capacitados aqueles que, em sua formação de

- (A) nível médio ou superior, tiveram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para ações específicas no âmbito da sala comum.
- (B) nível superior, com especialização em educação inclusiva e áreas específicas, desenvolveram habilidades para atender às necessidades educacionais do público-alvo da educação especial.
- (C) nível de pós-graduação, acessaram conteúdos para atendimento do público-alvo da educação especial, promovendo flexibilização curricular e adequações de material no âmbito da sala multidisciplinar.
- (D) nível médio, tiveram incluídos temas relacionados à inclusão de pessoas com deficiência, altas habilidades ou superdotação e transtorno do espectro do autismo.
- (E) nível médio ou superior, tiveram desenvolvidas práticas e incluídos conteúdos para o Atendimento Educacional Especializado, realizado em sala de recursos no contraturno escolar e em colaboração com professor da sala comum.

36. Mariana, ao matricular seu filho, que tem deficiência visual, na escola do bairro onde mora, foi informada sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (art. 2º), tem como função complementar ou suplementar

- (A) o currículo escolar, para que os alunos com deficiência, altas habilidades ou superdotação e TGD/TEA tenham direito de pleno acesso ao currículo, com a eliminação das barreiras pedagógicas existentes.
- (B) o ensino dos alunos público-alvo da educação especial, para o pleno desenvolvimento, em igualdade com os demais alunos, por meio de atividades e recursos adaptados.
- (C) a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.
- (D) as estruturas educacionais da sala comum, por meio do apoio do trabalho realizado na sala de recursos, promovendo o trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos no atendimento aos alunos da educação especial.
- (E) os sistemas de ensino para alunos com deficiência, necessidades educacionais especiais e transtornos do desenvolvimento, garantindo acesso ao currículo comum.

37. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o professor do Atendimento Educacional Especializado tem algumas atribuições, dentre elas pode-se destacar:

- (A) identificar e elaborar recursos de comunicação alternativa para uso nos espaços sociais.
- (B) atender, em contraturno escolar, os alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem e desenvolvimento.
- (C) elaborar o plano do atendimento educacional especializado, avaliando o uso das estratégias na sala comum.
- (D) ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação.
- (E) organizar e manter em bom estado de organização e conservação os materiais e espaços da sala de recursos.

38. A família de uma criança com deficiência múltipla procurou uma escola da rede estadual para realizar sua matrícula, porém, foi informada de que, devido à deficiência, esse não seria o momento de matriculá-la, devendo a família aguardar que ela completasse seis anos. No entanto, de acordo com a Deliberação CEE nº 149/16, que estabelece as normas para a educação especial no sistema estadual de ensino, a educação especial deve ter início

- (A) aos seis anos, na idade para o ensino fundamental.
- (B) no momento em que a família optar pela matrícula na escola comum.
- (C) a partir dos 2 anos de idade para estimulação essencial na primeira infância até o final da educação básica obrigatória.
- (D) na educação infantil ou em qualquer fase da escolaridade em que se fizer necessária.
- (E) aos cinco anos, idade obrigatória da educação básica.

39. A Resolução SE nº 81/2012 dispõe que alunos com altas habilidades/superdotação têm direito de aceleração/avanço nos estudos e que esse processo não se constitui mero e usual mecanismo de abreviação do tempo de conclusão de determinado ano ou etapa de estudos. Portanto, de acordo com a referida Resolução, a matrícula em ano mais avançado deve ser

- (A) compatível com seu desempenho escolar e sua maturidade socioemocional e não poderá ultrapassar 2 (dois) anos da sua idade ou do ano do segmento de ensino em que está matriculado.
- (B) avaliada por equipe multidisciplinar, que determinará a série em que esse aluno será matriculado de modo a se beneficiar integralmente da proposta escolar.
- (C) considerada a partir de avaliação do estado socioemocional do aluno e da constatação de capacidades acadêmicas superiores a 3 (três) anos do segmento em que está matriculado.
- (D) pautada em aprovação da família e do aluno, sendo constatado rendimento escolar acima da média da turma em que se encontra matriculado e havendo suporte do atendimento educacional especializado.
- (E) definida a partir de critérios claros e bem estruturados por equipe de profissionais da educação e saúde, visando à matrícula em até 1 (um) ano da idade/série, não havendo prejuízo para seu desenvolvimento socioemocional.

40. Conforme previsto na Resolução SE nº 68/2017, que dispõe sobre o atendimento educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede estadual de ensino, na comprovada inexistência de espaço físico adequado à instalação de Sala de Recursos, quer na unidade escolar, quer em escola próxima, ou quando devidamente justificado, o atendimento poder ser

- (A) no modelo colaborativo, mediante solicitação e aprovação da Diretoria de Ensino.
- (B) organizado em escolas da rede privada, a partir de conveniamento com a Secretaria Estadual de Educação.
- (C) realizado em escolas municipais, a partir de termo de cooperação técnica entre município e estado para atendimento da demanda dos alunos público-alvo da educação especial.
- (D) na modalidade itinerante, mediante apresentação de projeto próprio elaborado pela unidade escolar, para a Diretoria de Ensino.
- (E) na modalidade de contraturno escolar, observadas as estruturas físicas e de mobiliário da escola.

